

# LDO: votação poderá adiar início de recesso

BRASÍLIA — A Comissão Mista de Orçamento deixou para a última hora a decisão sobre o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Convocada para apreciar ontem o substitutivo do relator da LDO, Deputado Messias Góis (PFL-SE), a Comissão acabou acatando questão de ordem levantada pelo Líder do PT na Câmara, José Genoíno (SP). Genoíno, que não é membro da Comissão, lembrou o artigo 22 da Resolução 1 do Congresso, que estabelece que a Comissão de Orçamento deve ter três dias para discutir e apreciar o projeto da LDO antes de votá-lo. Dessa forma, dificilmente o Congresso conseguirá evitar pelo menos parte da perda de seu recesso de meio de ano — a Constituição determina que o Congresso não pode entrar em recesso antes de apreciar a LDO.

A questão de ordem de Genoíno obteve apoio dos representantes dos partidos de oposição na Comissão. Messias também manifestou posição favorável à discussão de seu parecer. O Presi-

dente da Comissão propôs a seguinte pauta, aprovada pelos demais parlamentares: hoje e amanhã, às 10 horas, haverá sessão para discussão do projeto; amanhã, às 18 horas, encerra-se o prazo para a apresentação de destaques para votação em separado de itens do projeto; sexta-feira, às 10 horas, a Comissão reúne-se para votar o projeto e enviá-lo para o plenário do Congresso, para apreciação final.

— Assim ficou difícil. Ficou muito perto do início do recesso. Temo que percamos nosso prazo — temia o Presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE).

Ontem, o Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) justificou por que se opõe à flexibilização do texto da LDO. Levantamento com base nas dotações do Orçamento deste ano mostra que, enquanto a cidade do Rio de Janeiro recebeu do Governo federal, para obras nas áreas dos Ministérios da Educação, Ação Social e Previdência, Cr\$ 203 milhões, o Município de Cícero Dantas (BA) teve Cr\$ 3,9 bilhões.